

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	62
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	63
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	274.826	256.635
1.01	Ativo Circulante	77.738	53.167
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.844	30.446
1.01.01.01	Caixa Geral	512	509
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	3.913	3.731
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	54.419	26.206
1.01.03	Contas a Receber	11.861	16.387
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.861	16.387
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	551	3.810
1.01.03.02.02	Créditos a Receber Partes Relacionadas	0	474
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	10.780	11.608
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	530	495
1.01.04	Estoques	825	887
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.271	1.954
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.937	3.493
1.01.08.03	Outros	4.937	3.493
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	1.344	1.329
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	3.593	2.164
1.02	Ativo Não Circulante	197.088	203.468
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.049	9.949
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.768	3.688
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras	3.768	3.688
1.02.01.03	Contas a Receber	1.407	1.388
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.407	1.388
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.874	4.873
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	893	892
1.02.01.09.04	Indenizações a Receber	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	7.421	7.069
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.421	7.069
1.02.03.01.01	Imobilizado	7.421	7.069
1.02.04	Intangível	179.618	186.450
1.02.04.01	Intangíveis	179.618	186.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	274.826	256.635
2.01	Passivo Circulante	48.215	41.439
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.574	4.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.574	4.761
2.01.02	Fornecedores	2.065	1.996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.065	1.996
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.475	2.224
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.296	961
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.431	63
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	865	898
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	51	28
2.01.03.02.01	ICMS	51	28
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.128	1.235
2.01.03.03.01	ISS	1.128	1.235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33.433	30.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.285	18.548
2.01.04.02	Debêntures	17.148	11.805
2.01.04.02.01	Debêntures	17.148	11.805
2.01.05	Outras Obrigações	1.443	1.928
2.01.05.02	Outros	1.443	1.928
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	46	32
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	434	510
2.01.05.02.06	Obrigações para Direito de Concessão	321	320
2.01.05.02.07	Receita Diferida	355	602
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	88	228
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	193	230
2.01.06	Provisões	225	177
2.01.06.02	Outras Provisões	225	177
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	225	177
2.02	Passivo Não Circulante	36.789	40.087
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.776	28.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.924	20.027
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.924	20.027
2.02.01.02	Debêntures	8.852	8.561
2.02.01.02.01	Debêntures	8.852	8.561
2.02.03	Tributos Diferidos	902	1.216
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	902	1.216
2.02.04	Provisões	10.111	10.283
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.269	9.286
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.783	1.770
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.486	7.516
2.02.04.02	Outras Provisões	842	997
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	842	997
2.03	Patrimônio Líquido	189.822	175.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.01	Capital Social Realizado	86.000	86.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	100.226	85.513
2.03.04.01	Reserva Legal	2.525	1.789
2.03.04.02	Reserva Estatutária	6.994	6.156
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	75.994	77.568
2.03.04.10	Lucros Acumulados	14.713	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.739	47.120
3.01.01	Receita de Serviços	61.148	49.965
3.01.02	Receita Extraordinária	307	277
3.01.03	Receita de Construções	3.302	1.778
3.01.04	Abatimentos	-750	-589
3.01.05	PIS	-398	-326
3.01.06	COFINS	-1.835	-1.502
3.01.07	ISS	-3.035	-2.483
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.891	-22.842
3.02.01	Custos de Serviços	-22.589	-21.064
3.02.02	Custos de Construções	-3.302	-1.778
3.03	Resultado Bruto	32.848	24.278
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.687	-6.396
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.851	-5.735
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.851	-5.735
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	195	38
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	195	38
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.031	-699
3.04.05.01	Depreciação	-309	-265
3.04.05.02	Outros	-170	0
3.04.05.03	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-552	-434
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.161	17.882
3.06	Resultado Financeiro	-4.813	-1.599
3.06.01	Receitas Financeiras	1.468	1.388
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.468	1.388
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.281	-2.987
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-938	-1.661
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-5.343	-1.326
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.348	16.283
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.635	-5.607
3.08.01	Corrente	-7.949	-6.142
3.08.02	Diferido	314	535
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.713	10.676
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.713	10.676
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	179,35922	130,14348
3.99.01.02	ON	163,05384	118,31226
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	131,75982	83,48399
3.99.02.02	ON	119,78166	75,89454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	14.713	10.676
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.713	10.676

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.583	25.737
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.183	29.248
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto e Contribuição Social	22.348	16.283
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	10.491	9.614
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	170	186
6.01.01.04	Provisão para Contingências	0	514
6.01.01.05	Reversão de Contingências	-17	0
6.01.01.06	Juros e Encargos Financeiros	557	914
6.01.01.07	Encargos Debêntures	5.343	1.326
6.01.01.08	Despesa Financeira - Debêntures	291	411
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-600	-3.511
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	683	532
6.01.02.02	Créditos a Receber	827	765
6.01.02.03	Créditos com Partes Relacionadas	474	-151
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedor	-34	66
6.01.02.05	Estoques	61	-27
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-1	239
6.01.02.07	Indenizações a Receber	-1.428	-438
6.01.02.08	Impostos a Recuperar	-104	-21
6.01.02.09	Outros Circulantes	-33	-56
6.01.02.10	Provisão para Manutenção	-107	-129
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	260	13
6.01.02.12	Fornecedores	69	-288
6.01.02.13	Impostos a Recolher	-116	-198
6.01.02.14	Participação nos Lucros dos Resultados	552	434
6.01.02.15	Outras Obrigações a Pagar	-485	62
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.218	-4.314
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.261	-2.110
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-4.180	-2.009
6.02.02	Ativo Financeiro	-81	-101
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.924	-6.392
6.03.01	Empréstimos pagos a Terceiros	-5.192	-5.216
6.03.02	Encargos Financeiros Pagos a Terceiros	-732	-1.176
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.398	17.235
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.446	21.307
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.844	38.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.713	0	14.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.713	0	14.713
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.713	-14.713	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.713	-14.713	0	0
5.07	Saldos Finais	86.000	3.596	100.226	0	0	189.822

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	78.700	7.644	76.148	0	0	162.492
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.676	0	10.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.676	0	10.676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	78.700	7.644	76.148	10.676	0	173.168

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	64.032	51.469
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	60.398	49.376
7.01.02	Outras Receitas	3.634	2.093
7.01.02.01	Receitas de Construções	3.302	1.778
7.01.02.02	Outras	332	315
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.104	-13.779
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.976	-1.679
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.826	-10.322
7.02.04	Outros	-3.302	-1.778
7.02.04.01	Custos de Construções	-3.302	-1.778
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.928	37.690
7.04	Retenções	-10.491	-9.614
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.491	-9.614
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.437	28.076
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.468	1.388
7.06.02	Receitas Financeiras	1.468	1.388
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.905	29.464
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.905	29.464
7.08.01	Pessoal	5.617	4.872
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.668	3.313
7.08.01.02	Benefícios	1.103	886
7.08.01.03	F.G.T.S.	293	239
7.08.01.04	Outros	553	434
7.08.01.04.01	Participações - Empregados	553	434
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.034	10.661
7.08.02.01	Federais	10.810	8.137
7.08.02.02	Estaduais	175	41
7.08.02.03	Municipais	3.049	2.483
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.541	3.255
7.08.03.01	Juros	871	1.661
7.08.03.02	Aluguéis	327	268
7.08.03.03	Outras	5.343	1.326
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.713	10.676
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.713	10.676

Comentário do Desempenho

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório de desempenho referente as Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2017, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Período

Em 14 de março de 2017, a Companhia protocolou Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013, devido, principalmente, a não compensação pela suspensão das praças de pedágio de PN2 & PN3 localizadas no Km 71 e Km 14. A companhia acredita que o contrato será reequilibrado em conformidade com as alternativas previstas no contrato de concessão e seus aditivos.

Desempenho econômico-financeiro

Desempenho Operacional

Volume de Tráfego - mil	1T17	1T16	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	3.651	4.180	-12,7%
Leves	1.781	2.001	-11,0%
Pesados	1.870	2.179	-14,2%

Foram pedagiados no 1T17 3,7 milhões de veículos equivalentes¹, queda de 529 mil VEP's (-12,7%) em relação ao 1T16.

Os veículos leves apresentaram uma queda de 220 mil VEP's (-11,0%) devido, principalmente a retração econômica.

Os veículos pesados continuam tendo seu desempenho impactado pelo atual quadro econômico do país e pela continuidade dos roubos de cargas no estado do Rio de Janeiro (em 2016 foram 10 mil ataques a caminhoneiros). Devido aos crescentes

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

prejuízos, há transportadoras que estão deixando de entregar mercadorias no estado. Como consequência, os veículos pesados apresentaram queda de 309 mil VEP's (-14,2%) em relação ao 1T16.

Receita Operacional

R\$ mil	1T17	1T16	Δ%
Receita Líquida	58.934	47.158	25,0%
Receitas de Pedágio	61.148	49.965	22,4%
Outras Receitas	502	315	59,1%
Receita de Construção (IFRS)	3.302	1.778	85,7%
Deduções da Receita	(6.018)	(4.900)	22,8%
Receita Líquida Ajustada¹	55.632	45.380	22,6%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio no 1T17 foi de R\$ 61,1M, o que representou um crescimento de R\$ 11,2M (+22,4%) em relação ao 1T16 devido ao reajuste da tarifa básica de pedágio (+40,2%) ocorrido em dezembro/2016.
- **Outras Receitas** – As Outras Receitas somaram R\$ 502 no 1T17, crescimento de R\$ 187 (+59,1%) em relação ao 1T16. O crescimento foi motivado pelos reajustes dos contratos de exploração da faixa de domínio e pela venda de imobilizado.
- **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 3,3M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.
- **Deduções da Receita** – No 1T17 foram concedidos aos moradores de Magé um total de R\$ 770 a título de desconto, conforme acordo homologado pela justiça federal de Magé, tendo como partes a CRT e a Prefeitura de Magé, com anuência da ANTT e ciência do MPF de Magé.

Comentário do Desempenho

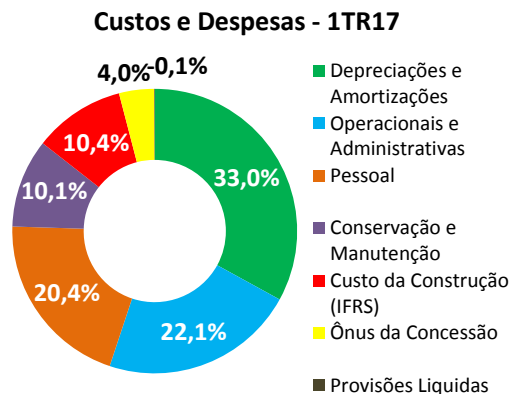
Custos Operacionais e Despesas Administrativas

R\$ mil	1T17	1T16	Δ%
Custos e Despesas	31.773	29.277	8,5%
Pessoal	6.489	5.523	17,5%
Operacionais e Administrativas	7.039	7.855	-10,4%
Conservação e Manutenção	3.200	3.019	6,0%
Ônus da Concessão	1.268	886	43,1%
Constituição de Provisões	121	601	-79,9%
Reversão de Provisões	-138	0	-
Custo da Construção (IFRS)	3.302	1.778	85,7%
Depreciações e Amortizações	10.491	9.614	9,1%
Custos e Despesas Ajustados¹	28.488	26.897	5,9%

¹Exclui Custo de Construção e Provisões

Os Custos Operacionais/Despesas administrativas (ajustados), expurgando as Depreciações e Amortizações, totalizaram R\$ 17,8M e estão R\$ 513 (+3,0%) acima dos registrados no 1T16. Este índice está 1,57 p.p abaixo da inflação (IPCA) dos últimos 12 meses (base mar/17). Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 966 (+17,5%), em decorrência da reestruturação da área de compras e da recomposição do efetivo, e ao reajuste da categoria realizado em mar/16 (+4,5%) e set/16 (+4%), totalizando 8,68%; **Operacionais e**

Administrativas – redução de R\$ 1M (-10,4%). Os reajustes de serviços e materiais foram compensados por postergação de serviços para o próximo trimestre e por economias diversas; **Conservação e Manutenção** – aumento de R\$ 181 (+6,0%) devido a reajustes contratuais e a intensificação da campanha de monitoração viária e de manutenção de acessos a rodovia; **Ônus da Concessão** – crescimento de R\$ 382 (+43,1%) em função do reajuste anual da taxa de fiscalização e da maior demanda do convênio de Desenvolvimento Tecnológico, firmando com a ANTT.; **Constituição de Provisões** – constituição de provisões trabalhistas (R\$ 82) e cíveis (R\$ 69); **Reversão de Provisões** – foi realizada a redução das contingências cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 32, referentes a provisões sobre processos julgados improcedentes ou extintos e



Comentário do Desempenho

a reavaliações de provisões antes consideradas como prováveis para possíveis.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado	1T17	1T16	Δ%
Lucro líquido no ano	14.713	10.676	37,8%
Imposto de Renda e CSLL	7.635	5.607	36,2%
Participações	5.342	1.326	302,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-530	273	-294,1%
Depreciação e amortização	10.491	9.614	9,1%
Provisões Líquidas	-17	601	0,0%
EBITDA Ajustado ¹	37.635	28.097	33,9%
Margem EBITDA Ajustada	67,7%	61,9%	5,7 p.p.

¹Exclui Custo/Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do 1T17 totalizou R\$ 37,6M, crescimento de R\$ 9,6M (+33,9%) em relação ao 1T16. A Margem EBITDA Ajustada foi de 67,7% (+5,7 p.p.).

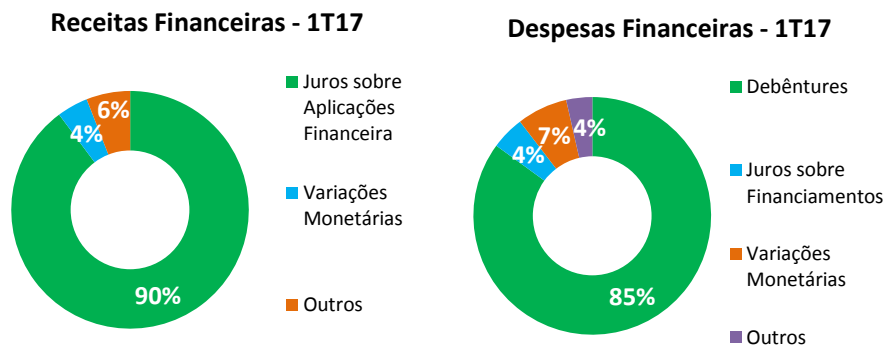
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	1T17	1T16	Δ%
Receitas Financeiras	1.468	1.388	5,8%
Juros sobre Aplicações Financeira	1.318	964	36,7%
Variações Monetárias	62	394	-84,2%
Outros	88	30	193,6%
Despesas Financeiras	(6.281)	(2.987)	110,3%
Debêntures	(5.343)	(1.326)	302,8%
Juros sobre Financiamentos	(283)	(560)	-49,3%
Variações Monetárias	(432)	(784)	-45,0%
Outros	(223)	(317)	-29,6%
Resultado Financeiro	(4.813)	(1.599)	201,0%

O resultado financeiro da companhia no 1T17 totalizou R\$ 4,8M de despesas financeiras líquidas, um aumento de R\$ 3,2M (+201,0%) em relação ao 1T16, motivada principalmente, pela maior atribuição da remuneração das Debêntures, (71% no 1T17 versus 30% no 1T16), essa diferença foi parcialmente compensada pela menor despesa com financiamentos em função da amortização dos saldos devedores e pela maior receita de juros sobre aplicações financeiras.



Comentário do Desempenho**Resultado do Período**

DESCRIÇÃO	1º trim/2017	1º trim/2016	Δ%
Veículos equivalentes	3.651	4.180	-12,7%
Receita operacional líquida	58.934	47.158	25,0%
Receitas operacionais	61.148	49.965	22,4%
Abatimentos	(750)	(589)	27,3%
PIS, COFINS, ISS e outros	(5.268)	(4.311)	22,2%
Outras receitas	502	315	59,4%
Receita de construção	3.302	1.778	85,7%
Custos e despesas	(21.283)	(19.662)	8,2%
Custos e despesas	(16.728)	(16.397)	2,0%
Provisões diversas	(121)	(601)	0,0%
Reversões diversas	137	-	-122,8%
Ônus da concessão	(1.269)	(886)	43,2%
Custo de construção	(3.302)	(1.778)	85,7%
EBITDA	37.651	27.496	36,9%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>63,89%</i>	<i>58,31%</i>	<i>5,58 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(10.491)	(9.614)	9,1%
Despesas financeiras líquidas ¹	(4.812)	(1.599)	200,9%
Lucro antes i. renda	22.348	16.283	37,2%
Imposto de renda/contribuição social	(7.635)	(5.607)	36,2%
Lucro líquido	14.713	10.676	37,8%
Lucro líquido/receita líquida	24,97%	22,64%	2,33 p.p.
Receita líquida ajustada²	55.632	45.380	22,6%
EBITDA ajustado³	37.635	28.097	33,9%
Margem EBITDA ajustada	67,6%	61,9%	5,7 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures² Exclui receita de construção e provisões³ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido por ação no trimestre atingiu R\$ 170,16 contra R\$ 123,47 no 1T16, devido ao crescimento da receita com pedágio provocado pelo reajuste da tarifa básica em dez/16.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado do primeiro trimestre de 2017 totalizou R\$ 13.122 (Acionistas R\$ 7.779 e Debenturistas R\$ 5.343), calculado na base de 71% do resultado.

Comentário do Desempenho

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 6,6M.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminará em 15 de julho de 2017 e a amortização dos créditos C e D 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por nova carta de fiança, cujo vencimento ocorrerá em 24 de novembro de 2017.

Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.5M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 1,4M.

Em dezembro de 2013 a companhia assinou o contrato de financiamento, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, de importantes obras que serão realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III e Trecho IV) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Até o momento houve a captação de R\$ 42M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 25,2M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco

Comentário do Desempenho

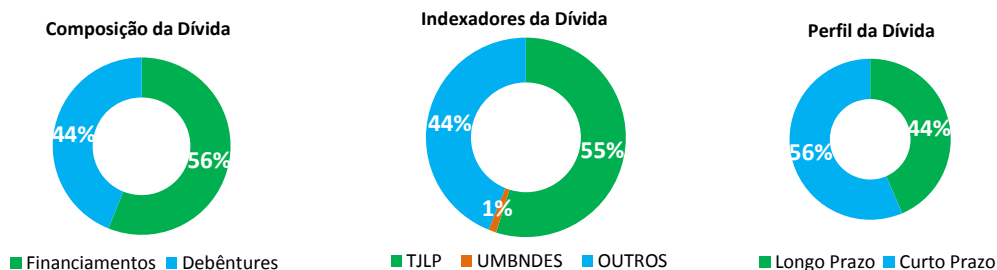
SANTANDER (BRASIL) S/A. Esta operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Ainda não houve captação de recursos desta operação.

Disponibilidade e Endividamento

Endividamento R\$ mil	1T17	1T16	Δ %
Curto Prazo	33.433	28.959	15,4%
Empréstimos e Financiamento	16.285	21.863	-25,5%
Debêntures	17.148	7.096	141,7%
Longo Prazo	25.776	40.339	-36,1%
Empréstimos e Financiamento	16.924	32.745	-48,3%
Debêntures	8.852	7.594	16,6%
Dívida Bruta	59.209	69.298	-14,6%
Caixa e Equivalente de Caixa	58.844	38.542	52,7%
Dívida Líquida	365	30.755	-98,8%
EBITDA Ajustado LTM	117.171	107.093	9,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	0,00	0,29	-98,9%

¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses

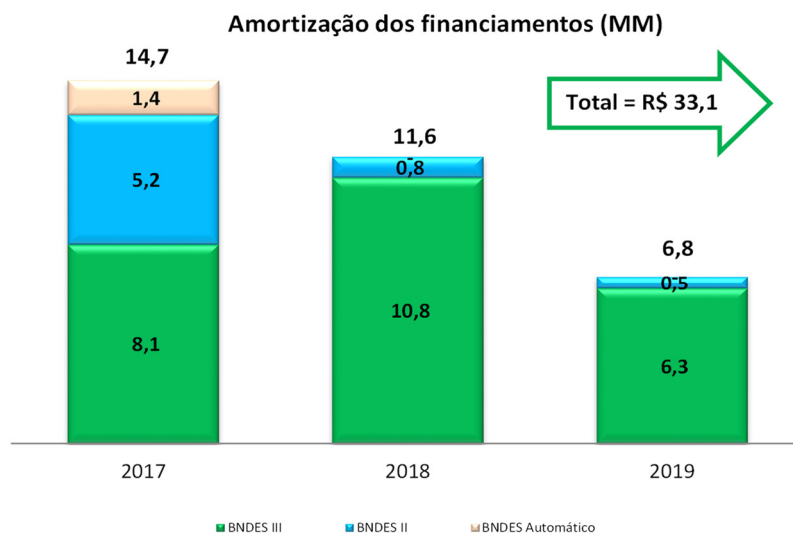
O saldo da dívida bruta em março/2017 ficou em R\$ 59,2M, uma redução de R\$ 10,1M (-14,6%) em relação ao saldo de março/2016, motivada pela amortização dos financiamentos. A maior parte do saldo da dívida (56%) tem vencimento no curto prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA do 1T17 apresentou o indicador de 0,00 contra 0,29 do 1T16, variação de -98,9%.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da companhia.

Comentário do Desempenho



Investimentos

Investimentos - R\$ mil	1º trim/2017	1º trim/2016	%
Ampliação da Rodovia	1.309	(7.964)	-116%
Contenções de encostas	24	5.196	-100%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	2.018	4.363	-54%
Total	3.350	1.595	110%

A realização do plano de investimentos de 2017 aguarda a aprovação por parte da ANTT.

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings, afirmou em 25/10/2016, o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AA+(bra)', com perspectiva revisada de Estável para Positiva. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2017 com o efetivo de 375 funcionários (362 em 2016), maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2017 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral e a massoterapia. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como, a

Comentário do Desempenho

política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinado em convenção.

Responsabilidade social e ambiental

Mantivemos, no trimestre de 2017, o convênio pioneiro na região firmado com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (oficinas de informática e marcenaria).

Na área ambiental, demos continuidade aos projetos, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, não prestaram durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de abril de 2017.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2

Notas Explicativas

e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2017. Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

As informações financeiras nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

a) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).
- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos

Notas Explicativas

arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos e não espera que haja desdobramentos em relação à aplicação do IFRS 15 e IFRS 9.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão,

Notas Explicativas

com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 189.497, como segue (dados em milhares de reais):

	2017	2018	2019 a 2021	Total
Investimentos – PER	39.718	57.013	92.766	189.497

Tais investimentos estão condicionados a autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2017	31.12.2016
<u>Caixa e Bancos:</u>	4.425	4.240
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	4.466	4.338
Caixa Econômica Federal	44.928	21.868
Banco ABC Brasil S.A	5.025	-
	54.419	26.206
Total	58.844	30.446

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101,5% do

Notas Explicativas

CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

5. Aplicações financeiras

	31.03.2017	31.12.2016
Aplicações Financeiras	3.768	3.688
Total não circulante	3.768	3.688

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, à taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

6. Créditos a receber

	31.03.2017	31.12.2016
Pedágio eletrônico	9.889	10.663
Vale Pedágio	877	931
Outros	14	14
Total	10.780	11.608

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil e 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS. Além desses, a Companhia opera ainda com o pedágio eletrônico Auto Expresso, Conectcar, Move Mais e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis da Via Fácil em 30 dias, DBTRANS em 30 dias, Auto Expresso em 30 dias, Conectcar em até 30 dias, Move Mais em 30 dias e Visa Vale em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de março de 2017, não há valores significativos em atraso.

Notas Explicativas**7. Estoques**

	31.03.2017	31.12.2016
Almoxarifado	675	730
Matéria-prima	150	157
Total	825	887

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

8. Impostos, taxas e contribuiçõesa) Impostos a recuperar

	31.03.2017	31.12.2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	203	3.463
PIS e COFINS	341	340
ISS	7	7
Circulante	551	3.810

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31.03.2017	31.12.2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.431	63
PIS e COFINS	845	880
ISS	1.128	1.235
ICMS	51	28
IRRF	20	18
Circulante	5.475	2.224

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pela Administração e reconhece, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31.03.2017			31.12.2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	337	121	458	349	126	475
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.317	834	3.151	2.321	836	3.157
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.132	408	1.540	1.059	382	1.441
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	260	-	260	260	-	260
Ativo não circulante	4.046	1.363	5.409	3.989	1.949	5.333
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	897	323	1.220	953	343	1.296
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	1.912	688	2.600	2.031	731	2.762
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso	996	358	1.354	996	358	1.354
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	836	301	1.137	836	301	1.137
Passivo não circulante	4.641	1.670	6.311	4.816	1.733	6.549
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(595)	(307)	(902)	(827)	(389)	(1.216)

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31.03.2017	31.03.2016
Lucro antes da tributação	(22.348)	(16.283)
IR e CS sobre lucro líquido	(7.598)	(5.536)
Despesas não dedutíveis diversas	(1.517)	(1.034)
Exclusões permanentes diversas	1.193	645
Incentivos fiscais	60	47
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	221	265
Outros	6	6
IR e CS totais	(7.635)	(5.607)
Corrente	(7.949)	(6.142)
Diferido	314	535

9. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Total
Em 1 ° de janeiro de 2016						
Saldo inicial líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Aquisições	111	291	18	817	733	1.970
Transferências	293	(40)	-	-	(253)	-
Baixas	(16)	(38)	-	(441)	-	(495)
Depreciação	(770)	(135)	(40)	(200)	(15)	(1.160)
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	7.069
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	6.401	1.134	492	1.330	2.616	11.973
Depreciação acumulada	(2.905)	(966)	(269)	(401)	(363)	(4.904)
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	7.069
Em 1 ° de janeiro de 2017						
Saldo inicial líquido	3.496	168	223	929	2.253	7.069
Aquisições	22	41	9	480	278	830
Transferências	13	(13)	-	-	-	-
Baixas	(1)	-	-	(393)	-	(394)
Depreciação	(200)	(24)	(10)	(71)	(4)	(309)
Baixas	1	-	-	224	-	225
Saldo contábil líquido	3.331	172	222	1.169	2.527	7.421
Em 31 de março de 2017						
Custo	6.435	1.162	501	1.417	2.894	12.409
Depreciação acumulada	(3.104)	(990)	(279)	(248)	(367)	(4.988)
Saldo contábil líquido	3.331	172	222	1.169	2.527	7.421

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

10. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)			
Em 1º de janeiro de 2016							
Custo	183.383	26.614	200.561	6.876	53	688	418.175
Amortização acumulada	(88.709)	(15.736)	(101.443)	-	(53)	(441)	(206.382)
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Aquisições	-	66	66	12.706	-	64	12.902
Transferências	9.105	4.306	96	(13.507)	-	-	-
Baixas	-	(241)	(148)	-	-	-	(389)
Amortização	(17.014)	(2.240)	(18.579)	-	-	(30)	(37.863)
Baixas	-	7	-	-	-	-	7
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687
Amortização acumulada	(105.723)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 1º de janeiro de 2017							
Saldo inicial	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Aquisições	-	48	-	3.302	-	-	3.350
Transferências	-	3	-	(3)	-	-	-
Amortização	(4.789)	(756)	(4.631)	-	-	(6)	(10.182)
Saldo contábil líquido	81.976	12.071	75.922	9.374	-	275	179.618
Em 31 de março de 2017							
Custo	192.488	30.795	200.575	9.374	53	752	434.037
Amortização acumulada	(110.512)	(18.724)	(124.653)	-	(53)	(477)	(254.419)
Saldo contábil líquido	81.976	12.071	75.922	9.374	-	275	179.618

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 427, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

11. Fornecedores e outras obrigações

	31.03.2017	31.12.2016
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	2.065	1.996
	2.065	1.996
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	88	228
Verba de fiscalização ⁽³⁾	321	320
Receita Diferida ⁽⁴⁾	355	602
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	434	510
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	46	32
Energia ⁽⁷⁾	125	137
Outras	68	93
	1.437	1.922
Dividendos	6	6
Total	3.508	3.924

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12

Notas Explicativas

(doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se às garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 12)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 25).

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial	Principal			Juros		Saldo final
					31/12/2016	Captação	Pagamento	Varição monetária	Incorridos	pagos*	31/03/2017
BNDES I	A	jul/17	TJLP	1,80 % a.a.	2.543	-	(1.067)	(14)	37	(41)	1.458
BNDES I	B	jul/17	TJLP	2,80 % a.a.	1.091	-	(457)	(7)	18	(20)	625
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	3.469	-	(329)	6	62	(63)	3.145
BNDES I	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	1.487	-	(141)	3	30	(30)	1.349
BNDES III	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	19.333	-	(1.832)	27	350	(357)	17.521
BNDES III	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	8.501	-	(805)	13	173	(176)	7.706
Banco ABC Brasil S.A.	A	set/17	TJLP	5,30 % a.a.	986	-	(320)	(4)	21	(24)	659
Banco ABC Brasil S.A.	B e C	jul/19	UMBDES	4,30 % a.a.	1.165	-	(240)	(176)	19	(22)	746
Total					38.575	-	(5.191)	(152)	710	(733)	33.209
Parcela do curto prazo					<u>18.548</u>						<u>16.285</u>
Parcela do longo prazo					<u>20.027</u>						<u>16.924</u>

* A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa de financiamento, por se tratar de custos com obtenção de recursos financeiros.

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A

Notas Explicativas

totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminará em 15 de julho de 2017 e dos subcréditos C e D em 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 24 de novembro de 2017.

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. Os recursos foram destinados, em parte, na construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02 e, o crédito remanescente, está sendo aplicado na realização das obras da Rodovia BR-116.

A totalidade do crédito está dividida em: subcréditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados.

Sobre o subcrédito A, incidirão juros de 5,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Sobre os subcréditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e

Notas Explicativas

despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira (UMBNDDES), sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012 e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A Companhia forneceu como garantia, Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista, com prazo de apresentação para pagamento de até oito anos contados da data de sua emissão em 20 de agosto de 2012.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento, mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira e quarta faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT’s) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes

Notas Explicativas

intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito à cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cálculo a que se refere esta cláusula, os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente à data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 31 de março de 2017, todos os “covenants” foram atendidos.

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31.03.2017</u>
2018	15.805
2019	<u>1.119</u>
Total Longo Prazo	<u>16.924</u>

13. Salários, provisões e contribuições

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisões Trabalhistas	2.002	1.786
Encargos Trabalhistas	846	811
Imposto de Renda Retido na Fonte	89	90
Participação no Resultado	2.412	1.860
Benefícios	22	19
Outros	<u>203</u>	<u>195</u>
Total Circulante	<u>5.574</u>	<u>4.761</u>

14. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 893 em março de 2017 (em 2016 – R\$ 892) depositados judicialmente referente aos processos cíveis R\$ 850 em 2017 (2016 – R\$ 849) e trabalhistas R\$ 43 em 2017 (2016 - R\$ 43).

Notas ExplicativasComposição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2016	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 31.03.2017
Trabalhistas	1.770	66	(17)	(36)	1.783
Cíveis	7.516	55	(4)	(81)	7.486
Valor Provisionado	9.286	121	(21)	(117)	9.269

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 7.486, dos quais, R\$ 6.371 refere-se a ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981, e está registrado no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias

Notas Explicativas

na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 14/03/2017, Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 6ª revisão extraordinária e na

Notas Explicativas

21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

(iv) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 912. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 11.491 em março de 2017, referente a processos cíveis e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.03.2017	31.12.2016
Trabalhistas	2.720	1.918
Cíveis	8.771	11.682
Fiscais	-	178
	11.491	13.778

Notas Explicativas

15. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017 são:

	Saldo Inicial 31.12.2016	Realização	Saldo Final 31.03.2017
Provisão para manutenção	1.174	(107)	1.067
Provisão de Curto Prazo	177		225
Provisão de Longo Prazo	997		842

16. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1) Forma e espécie: | Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia. |
| 2) Quantidade de títulos: | 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão. |

Notas Explicativas

- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de

Notas Explicativas

investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais

Notas Explicativas

classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de

Notas Explicativas

Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas**11) Remuneração:**

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

Notas Explicativas

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda,

Notas Explicativas

da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício , com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de

Notas Explicativas

Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963
Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676
Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total, de R\$ 7.668, corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de março de 2017, a Companhia provisionou o valor de R\$ 5.343 (2016: R\$ 1.326) correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo Final 31.03.2017
Debêntures	11.805	5.343	-	17.148
Valor Provisionado	11.805	5.343	-	17.148

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 86.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	31.03.2017						31.12.2016	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda. ⁽¹⁾	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A ⁽²⁾	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

⁽¹⁾ e ⁽²⁾ Em agosto de 2016, a Road Participações em Concessionárias LTDA e a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A sucederam a Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A e Construtora Queiroz Galvão S.A respectivamente, mantendo-se as participações acionárias.

Notas Explicativas

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	31.03.2017	31.12.2016
Lucro líquido do período	14.713	35.789
Reserva legal	(736)	(1.789)
Base de cálculo	13.977	34.000
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	3.494	8.500
Dividendo adicional pago	-	9.004
Dividendo adicional proposto	7.779	14.456
Total de dividendos	11.273	31.960

O estatuto da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado. Para o primeiro trimestre de 2017, a distribuição atribuída é de 71% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, o dividendo adicional pago e o dividendo adicional proposto.

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

Notas Explicativas

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	31.03.2017	31.12.2016
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	2.525	1.789
Reserva de restituição de capital	4.299	4.160
Reserva para investimentos	2.695	1.996
Reserva de retenção de lucros	90.707	77.568
Total das reservas	103.822	89.109

Notas Explicativas**18. Receitas**

	31.03.2017	31.03.2016
Receita de pedágio	61.148	49.965
Receita extraordinária	307	277
Receita de construção *	3.302	1.778
Tributos incidentes sobre as receitas	(5.268)	(4.311)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(750)	(589)
Receita líquida	58.739	47.120

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

A receita com pedágio, neste trimestre, obteve um crescimento de 22,4% em relação ao 1º trimestre de 2016 em decorrência do reajuste da tarifa básica de pedágio.

Do total registrado como receita de pedágio R\$ 61.148 em 2017 (R\$ 49.965 em 2016), R\$ 27.591 (23.210 em 2016) correspondem a receita obtida através de arrecadação manual e 33.557 (26.755 em 2016) correspondem a arrecadação automática de pedágio.

Notas Explicativas**19. Custos**

	31.03.2017	31.03.2016
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	814	783
Prestadores de serviço	2.633	2.483
Material, equipamento e veículos	339	408
Gastos gerais	299	254
Gastos com aluguéis	35	28
Depreciação e amortização	10.176	9.343
	<u>14.296</u>	<u>13.299</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.698	2.358
Prestadores de serviço	2.171	2.505
Material, equipamento e veículos	662	578
Gastos gerais	264	243
Custos contratuais de concessão	1.975	1.679
	<u>7.770</u>	<u>7.363</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	292	175
	<u>292</u>	<u>175</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	43	32
Custo apropriação	188	195
	<u>231</u>	<u>227</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>22.589</u>	<u>21.064</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	3.302	1.778
Total	<u>25.891</u>	<u>22.842</u>

Notas Explicativas**20. Despesas gerais e administrativas**

	31.03.2017	31.03.2016
Salários, encargos e benefícios	2.075	1.604
Serviços de terceiros	711	988
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	368	329
Despesas gerais	1.346	2.469
Despesas de remuneração de dirigentes	351	345
Total	4.851	5.735

21. Receitas e despesas, financeiras

	31.03.2017	31.03.2016
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(283)	(560)
Despesas bancárias	(223)	(317)
Variação monetária passiva	(432)	(784)
	(938)	(1.661)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	1.318	964
Variação monetária ativa	145	398
Descontos obtidos	5	26
	1.468	1.388
 Remuneração de Debenturistas	 (5.343)	 (1.326)
 Total	 (4.813)	 (1.599)

22. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)**

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de março de 2017, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 552 (R\$ 434 em 2016).

Notas Explicativas

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em proposta para destinação dos resultados divulgada pela Administração em 29 de março de 2017, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	31.03.2017			31.03.2016		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	327	24	351	327	18	345
Bônus variáveis (i)	221	-	221	174	-	174
Outros	-	-	-	25	-	25
Total	548	24	572	526	18	544

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	58.187	58.187	58.187
Taxa anual estimada do CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Efeito anual no caixa líquido	8.146	6.110	4.073

Notas Explicativas

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	1.496	1.505	1.513
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	643	647	650
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	3.510	3.586	3.662
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	1.522	1.554	1.587
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	685	690	694
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	253	254	260
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	506	507	509
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		2,86%	3,58%	4,29%

Notas Explicativas**(c.3) BNDES III**

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	19.590	20.014	20.438
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	8.708	8.894	9.080
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio, exceto pela variação da UMBNDES (bolsa de moedas) citado acima.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de março de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em

Notas Explicativas

2017, a Companhia revisou a estratégia em relação a de 2016, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, podem ser assim sumariados:

	31.03.2017	31.12.2016
Debêntures (Nota 16)	26.000	20.366
Total dos empréstimos (Nota 12)	33.209	38.575
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(58.844)	(30.446)
Dívida líquida	365	28.495
Total do patrimônio líquido	189.822	175.109
Total do capital	190.187	203.604
Índice de alavancagem financeira	-	0,14

A Companhia teve o seu rating elevado para 'AA+(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", sendo ainda revisada a sua perspectiva de Estável para Positiva.

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais

Notas Explicativas

classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A. As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31.03.2017			31.03.2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	7.955	6.758	14.713	5.772	4.904	10.676
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	163,05	179,36	170,16	118,31	130,15	123,47

(*) Para o lucro diluído em 31 de março de 2017 e 2016, vide quadro abaixo:

	31.03.2017			31.03.2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	4.714	9.999	14.713	3.421	7.255	10.676
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	1.130	2.396	3.526	280	595	875
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	5.844	12.395	18.239	3.701	7.850	11.551
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	119,78	131,76	127,67	75,86	83,44	80,85

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 71% em 2017 e de 30% em 2016. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A

Notas Explicativas

Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 16.

25. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de março de 2017:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.09.16 a 12.09.17	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	65.000	11.07.16 a 11.07.17	HDI Global Seguros
Garantia	27.535	22.11.16 a 22.11.17	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	25.000	15.02.17 a 15.02.18	AIG Seguros Brasil
Automóveis	3.586	30.01.17 a 30.01.18	Tokio Marine Seguradora
Automóveis	200	31.08.16 a 31.08.17	Liberty Seguros

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro de 2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

A quarta e última fase do projeto, entre o Km 93 e o Km 90, aguarda liberação de licenças ambientais e da ANTT para início da obra.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos eventuais transtornos que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carregado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.
- Mais esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

b) Demais projetos

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

Serviço de conserva e manutenção

- Serviços de roçada, capina e poda / Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Implantação e manutenção cercas / Recuperação Encosta Km 76 (65%) / Substituição de balizadores - No mês: Km 143 e 144 P1 e P2 e entre o Km 122 e o Km 133 P1 (75%) / Implantação de drenos profundos de pavimento nos Km 28, Km 30, Km 32 e Km 35 (80%) / Drenagem superficial com implantação de canaletas de proteção Km 30 e Km 35 – (100%);
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 3.428 metros;
- Sinalização Horizontal: Total 5621,35 m2 de pintura, 1.503 tachas;
- Sinalização Vertical: Total = 55 placas, 346 delineadores;
- Barreira de Proteção: 54 defensas metálicas;
- Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Viaduto de Parada Modelo - Km 106 (100%) / Reparos ao Longo da Rodovia;
- Pavimento Rígido – Km 91,5 ao Km 92 (35%).

Manutenção do Sistema de Monitoração

- Sistemas Operacionais (24%); Sinalização Horizontal (25%); Drenagem (24%); Pavimento Rígido (6%); Edificações (50%);
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, Água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Diversos

- Contenções de Encostas: Km 29 (79%);
- Obra Emergencial – Km 36,3 – P1 (100%);
- Obra Emergencial – Km 106,1 – Alça Viaduto - (10%);
- Obra Emergencial – Km 83,7 – P2 (15%);
- Obra Emergencial – Km 87,3 – P1 (5%);
- Obra Emergencial – Km 70,8 – P2 (5%);
- Construção de Ponto de Ônibus: Km 125,7 (50%);
- Implantação de Barreira New Jersey Ponto de Ônibus e OAE: Km 125,7 (49%);
- Implantação de Barreira New Jersey h=1,20m: Km 125,7 (80%).

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 6ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões em vigor.

A Companhia protocolou em 14/03/2017, Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Patrício Marques Roche
Contador CRC 1RJ08115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 31 de março de 2017.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2017.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores